

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MARCELO DELLA JUSTINA ARRUDA

EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CIDADANIA

São Leopoldo

2007

MARCELO DELLA JUSTINA ARRUDA

EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A CIDADANIA

Dissertação de Mestrado Profissionalizante

**Para obtenção do Grau de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação
Religião e Educação**

Orientador: Dr. Rudolf von Sinner

São Leopoldo

2007

**A esperança está na própria essência
da imperfeição dos homens,
levando-os a uma eterna busca.**

Paulo Freire.

RESUMO

Sabemos que a educação é um dos pontos fundamentais no crescimento intelectual das pessoas, valorizando os seres humanos em cidadãos conscientes e ativos na sociedade é o que analisei e questionei nesta dissertação bem como entender que é próprio da educação formar pessoas com uma verdadeira participação cidadã. A questão da educação é muito mais ampla do que se pode imaginar. Na escola existem muitas dificuldades em relação à educação, uma das principais é o desinteresse por parte do educando. Os professores têm uma missão muito difícil, que é a de despertar esse interesse, esta vontade de saber, este desejo de mudança. Para construirmos a cidadania precisamos ter claro os fins da escola e da educação, onde estes possibilitam ao educando um crescimento e entendimento cada vez maior do que é ser cidadão, onde ele mesmo possa se libertar das amarras da alienação e perceba que a educação é o principal instrumento para a construção da cidadania, onde todos tenham direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, em fim, à dignidade como seres humanos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica. O trabalho está desenvolvido em três capítulos: o primeiro trata da educação escolar, (problemas e dificuldades da educação e da instituição escola como tal); o segundo capítulo busca conceituar cidadania (e como é possível construí-la); no terceiro capítulo discute-se a relação educação X cidadania e como esta pode contribuir na construção da cidadania.

Palavras-chave: Educação escolar, cidadania, educação e cidadania.

ABSTRACT

We know that education is one of the fundamental steps in the intellectual developing of the people, valorizing the human being in conscious and active citizens in the society, and this is what was analyzed and questioned in this dissertation as well as understanding that is the role of education to allow people with a real participation as citizenship. The question of the education is far more comprehensive than it can be thought. At school there are many difficulties related to the education, the students' lack of interest is one of the main difficulties. The teachers have a very difficult mission such as develop the students' interest, arousing in the students the wish of knowledge and change. To build up the citizenship we need to know clearly the goals of the education, allowing the students a bigger development and understanding about what a citizen is, where the citizen himself may free of the chains of alienation and realize that education is the main tool to the construction of a citizenship, where everybody has the right to life, health, education, leisure and freedom, and finally, to the dignity as human being. The methodology used to develop this paper is bibliographic research. This paper is developed in three chapters; the first is about school education, problems and difficulties in education and the school as an institution; the second chapter tries to give a concept of citizenship, and how it is possible to build it up; the third chapter discusses the relation of education and citizenship and how this relation can contribute in the construction of citizenship.

Key- words: school education, citizenship, education and citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 EDUCAÇÃO ESCOLAR, LOCAL DE APRENDER E CONHECER	9
1.1 A educação escolar e as dificuldades a serem enfrentadas	9
1.2 A evasão escolar	12
1.3 O professor a missão de educar	13
1.4 A educação escolar como meio para o desenvolvimento pessoal	17
1.5 Os fins da escola e da educação	21
1.6 O fator educação	24
2 CIDADANIA	26
2.1 Desenvolvimento histórico do conceito de cidadania	27
2.2 O que é de fato cidadania?	34
3 A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	41
3.1 A educação escolar e a nova realidade	41
3.2 O papel da educação na construção da cidadania.	43
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

Com esta dissertação farei uma reflexão sobre educação e cidadania estabelecendo uma relação entre ambos. Sabemos que a educação é um dos pontos fundamentais no crescimento intelectual das pessoas, valorizando os seres humanos em cidadãos conscientes e ativos na sociedade e é o que analisei e questionei neste trabalho bem como entender que é próprio da educação formar pessoas com uma verdadeira participação cidadã.

A questão da educação é muito mais ampla do que se pode imaginar. Não podemos pensar que com este trabalho se pode resolver todos os problemas da educação.

Na escola existem muitas dificuldades em relação à educação, uma das principais é o desinteresse por parte do educando. Os professores têm uma missão muito difícil, que é a de despertar esse interesse, esta vontade de saber, este desejo de mudança.

Para construirmos a cidadania precisamos ter claro os fins da escola e da educação, onde estes possibilitam ao educando um crescimento e entendimento cada vez maior do que é ser cidadão, onde ele mesmo possa se libertar das amarras da alienação e perceba que a educação é o principal instrumento para a construção da cidadania, onde todos tenham direito à vida, à saúde, à educação, à lazer, à liberdade, em fim, à dignidade como seres humanos.

Esta dissertação tem por meta resgatar o conceito de cidadania, analisar a educação na escola e seus problemas, relacionando educação e cidadania, mostrando que esta educação deve ser e pode ser construída.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica. O trabalho está desenvolvido em três capítulos: o primeiro trata da educação escolar, (problemas e dificuldades da educação e da instituição escola como tal); o segundo capítulo busca conceituar cidadania, (e como é possível construí-la); no terceiro capítulo discute-se a relação educação X cidadania e como esta pode contribuir na construção da cidadania.

Com esta dissertação pretende-se refletir, questionar e buscar alternativas que se fazem necessárias para a construção da cidadania, onde a educação seja o principal instrumento de transformação de realidade para que os deveres sejam cumpridos e os direitos respeitados, um país cidadão, onde todos os indivíduos saibam cumprir com seus deveres de cidadãos.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR, LOCAL DE APRENDER E CONHECER

1.1 A educação escolar e as dificuldades a serem enfrentadas

Como é do conhecimento geral a educação é um fenômeno anterior e muito mais amplo do que a escola. A escola enquanto espaço físico não atrai somente especialistas para explicar o que é, pois está tão presente na vida dos homens, na sua rotina, sendo uma fase ou várias da vida humana. Não é necessário saber seu estado para dizer que ela existe. Agora, o modo dela existir é que deve ser questionado, deve ser recriado, reorganizado. "O termo 'escola' tem sua origem na Grécia, cujo povo era amante do saber e do pensar, por isso criou a 'SKOLÉ'".¹

Para os gregos a SKOLÉ (escola) era um lugar em que eles podiam liberar-se de todas as suas ocupações, de todas as suas tarefas e se dedicar inteiramente ao pensar, à amizade e à cultura do espírito.

Lazer consagrado ao estudo e, também, lugar onde se ensina. Hoje é, também, um termo genérico para designar instituições de ensino. Como locais de ensino são construídas dentro de determinados padrões técnicos, impostos pelas autoridades competentes, Ministério e Secretaria da Educação, para garantir condições de higiene, luminosidade, proteção contra intempéries, e outras condições necessárias não só para proteger a saúde do aluno como para propiciar o melhor rendimento do ensino.²

¹ MENEGOLLA, Maximiliano. **E agora escola?** Petrópolis: Vozes, 1991, p.13.

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. 1975, p. 273.

Com o tempo, passou a ser administrada tentando melhorar a sua sede e por isso muitos alunos ali continuaram e se tornaram mestres. Era ali que se propunha aos homens um saber e uma educação social. Desta forma escola não é só o local ou o prédio legitimado, oficializado como sede do saber e da educação, pois o homem, em toda a parte, durante toda a sua vida está em um constante progresso de aprendizagem. A casa, o trabalho, a Igreja, a diversão, são escolas da vida. Por isso a dificuldade em se definir o que é uma escola. A escola deve ter como objetivo transformar o homem em sujeito sendo o local onde o ser recebe o conteúdo de forma real, verídica e organizada para que possa aplicá-lo nos demais setores da sociedade também considerados constituição da escola. A educação começa em casa, no ambiente familiar, depois se mescla com a escola e a sociedade. Com a falência da família e da sociedade a educação oferecida pela escola, segue o mesmo caminho.

Sabemos que a escola é necessária porque contribui para o progresso como um todo. Se ela vai mal, respectivamente a sociedade que a cerca também não progride e vice-versa. Conhecemos sua história, sua competência, para isso devemos buscar aprender e ensinar o sentido real de sua existência.

A escola já teve seu prestígio, sucesso e fama. Hoje mais do que nunca ela é vista como antiga, pois a escola no seu campo físico, natural está velha, precisando ser reformada, ser renovada. Está em más condições de uso (sua grande maioria). Tão má que sua tradição está abalada, pois o professor, o aluno e todos os colaboradores da escola, têm como sentido de existência da escola uma simples praxe, uma simples rotina da vida, uma fase do desenvolvimento que todos devem passar, mas com objetivo de garantir diplomas. “A escola, concebida como um lugar onde a criança é estimulada a ‘construir’ seu próprio conhecimento (...)

terá não apenas jovens em busca de diplomas, terá verdadeiros cidadãos”.³

A escola é uma instituição criada pela sociedade civil ou religiosa para educar os seus cidadãos, uns para serem líderes, outros para exercerem um cargo importante, que dá status. O objetivo de quem entra em uma escola varia, cada um em particular tem seu objetivo próprio, seus ideais, suas metas, que nem sempre são as melhores, nem sempre trazem benefícios para a sociedade, pois parece que ao invés de serem educados se deseducam. “A corrida aos diplomas perde sua pertinência junto à desvalorização dos títulos e a rarefação dos empregos, mas abandoná-la levaria a correr riscos ainda maiores”.⁴

Sabemos que hoje um dos problemas mais graves enfrentados na educação é a questão da falta de interesse por parte dos educandos, a falta de razões, ou quem sabe a falta de professor que abra novos horizontes para a juventude que está de certa forma desligada.

Com a falta de interesse o educando não consegue alcançar conceitos mínimos para passar de ano e acaba reprovando.

Hoje se busca de todas as formas não reprovar mais ninguém, se o educando sabe, melhor, se não sabe azar é o dele, a escola ofereceu os recursos para seu aprendizado, e o aluno não soube aproveitar, não é mais problema da escola. Não sei se isso é a melhor forma de se resolver o problema, mas até que não se tenha outra solução, os alunos vão passar de ano sem muitas vezes saber como conseguiram isso.

Não só o aluno precisa ser avaliado, mas também o professor. Neste processo de avaliação deve participar a comunidade interessada na escola, tendo pelo menos a chance de afastar o incapaz ou inadequado. Como

³ GROSSI, Ether. **A coragem de mudar em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.139.

⁴ PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Tradução de Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p.15.

qualquer processo de avaliação, coloca questões sensíveis, duras, complicadas, mas pior é deixar como está, para ver como é que fica.⁵

O professor foge de ser avaliado porque teme a sanção. Então muitas vezes deixa de avaliar com dureza o aluno, por simples reflexo de ressentimento.

1.2 A evasão escolar

A maioria das crianças do planeta não frequenta nenhuma escola. Das crianças que vão à escola, a maioria se evade depois de alguns anos. A maioria das crianças que alcançam êxito na escola fracassa nos graus mais altos do sistema educacional. Dos números levantados pela UNESCO, deduz-se que apenas em poucos países a metade das crianças atinge a 6ª série escolar.⁶

O abandono da escola, antes do término do ano letivo é muito comum em escolas da rede pública e também da rede particular. Vários fatores contribuem inclusive o desinteresse do aluno e do professor em motivar este aluno para que ele continue na escola. Também o pauperismo é outro fator ou o mais ponderável.

Não devemos ficar espantados com esta realidade, pois sabemos que hoje é um pouco diferente, mas ao mesmo tempo não podemos nos enganar com uma democratização no processo educativo.

Em um mundo controlado pelos monopólios, em um mundo de macroestruturas e multinacionais, em um planeta em que os meios eletrônicos podem controlar tudo e todos, eliminando a individualidade, em um mundo assim a escola pode vir a ser o último ponto de encontro em que seja possível a comunicação face a face. Mas parece que isso não está claro ainda para a sociedade, que tem deixado a escola sem atenção nada ou pouco fazendo para resgatar sua identidade. Diante desta realidade a sociedade não tem lucidez para

⁵ DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: 1993, p. 89.

⁶ STEIN, Susana Albornoz. **Por uma educação libertadora**. 2. ed. Petrópolis Vozes, 1977, p. 27.

levantar seu braço de revolta e exigir seus direitos, permanecendo acomodada e indiferente diante das irresponsabilidades com a educação. A comunidade não tem na maioria das vezes ousadia de levantar a sua voz contra o desrespeito à escola, aceitando tudo passivamente.

Uma solução para esta problemática educacional vai acontecer quando todos tiverem consciência da grande importância que a educação assume na vida de todos nós, onde sem a mesma nos tornamos distantes de um mundo melhor.

1.3 O professor e a missão de educar

Do latim *educare* que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste essencialmente, na formação do homem de caráter. É um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. É atividade criadora que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, intelectuais, morais e espirituais.⁷

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁸

O relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, convocado pela UNESCO diz:

Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tende a prolongar-se.⁹

As rápidas transformações sociais, verificadas nas últimas décadas, aumentaram as exigências práticas da formação humana. Os modelos tradicionais de educação e socialização de crianças e adolescentes e jovens são insuficientes para atender as atuais

⁷ AVILA, Fernando Bastos. **Enciclopédia de moral e civismo**. Fundação Nacional de Material Escolar. 2. ed. 1975, p. 253.

⁸ BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A. 2004 p. 27.

⁹ DELORS, Jaques (org). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo, Brasília: Cortez: Mec, Unesco, 1999, p. 103.

necessidades. O processo de globalização e de expansão das novas tecnologias exige um preparo contínuo que perpassa o tempo de infância, da juventude, da vida adulta e da terceira idade.¹⁰

O professor tem papel essencial neste fenômeno de transformação. É fundamental associar, definitivamente, o prestígio profissional com a exigência da competência. A questão dos professores, portanto, é complexa, incluindo pelo menos dois planos mais relevantes: valorização profissional e competência técnica.¹¹

Aprender seria agarrar, aprender seria tomar conhecimento. A arte seria aprender apreendendo. Isto coloca o desafio com clareza: professor deve ser a imagem viva de “aprender a aprender”, estabelecendo que o centro desta expressão é o cerne da educação.¹²

A didática do aprender a apreender é hoje a competência própria do educador moderno, de quem se espera, principalmente, que consiga motivar o aluno para o mesmo desafio. O aluno comparece apenas para aprender (decorar, memorizar, copiar, fazer provas, colar), mas, sobretudo e essencialmente para aprender a apreender. Deve poder construir a atitude de pesquisa e a capacidade de elaboração própria.¹³

A superação desta alienação, que reside no campo da educação é duplamente importante: primeiro, enquanto se busca recuperar o professor como sujeito da história; em segundo lugar, pela especificidade e importância do trabalho educacional.

Segundo Gadotti “ser professor hoje é viver intensamente.”¹⁴ O professor precisa ter uma visão de totalidade para poder remodelar sua ação, sabendo que não serão poucas as resistências que provavelmente encontrará na sua tentativa de realizar uma prática transformadora. Verá que não é suficiente só buscar novas técnicas pedagógicas, as quais são obtidas de diferentes formas, prevalecendo a

¹⁰ ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA. **Caderno de apresentação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Teologia**. São Leopoldo: 2005, p. 3.

¹¹ DEMO, 1993, p. 87-89.

¹² DEMO, 1993, p. 89.

¹³ DEMO, 1993, p. 217.

¹⁴ GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Rio Grande do Sul: Feevale, 2003, p.17.

não neutralidade na escolha, mas são determinadas pelas condições de trabalho, como por exemplo: péssima remuneração, necessidade de sobrecarregar a jornada de trabalho, muitas aulas, várias escolas, muitos alunos.

As associações ou sindicatos precisam com o tempo descobrir, que a dignidade salarial não é a única dignidade a ser perseguida, deve ser levada em consideração, para tal, a competência.

A falta de tempo para estudar, para preparar as aulas, para confecção do próprio material didático, para reciclagem, falta de material de apoio, recursos e aquisição de livros, revistas ou participação em cursos de atualização profissional são situações que precisam ser enfrentadas pelos professores.

Veja bem se você quiser, pode continuar só se lamuriando a respeito dos problemas da profissão; motivo para reclamar é que não falta. Existem hoje muitas justificativas, até científicas, para a gente não fazer nada: é o sistema, a legislação, o salário, a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio, a má formação, o número dos alunos por sala, os pais, os alunos, os colegas, os superiores, etc., etc. Pode ficar tranquilo. Ninguém é obrigado a ser agente da própria história. Ninguém é obrigado a se comprometer com uma educação democrática¹⁵

A discussão a respeito dos problemas da educação sempre foi motivo de discussão entre os profissionais.

Diante das dificuldades que nos rodeiam, a tendência pode ser a de se acomodar na administração do cotidiano, ao invés de investir na mudança do mesmo. As condições de trabalho, no entanto, não são nada favoráveis a esta acomodação, ou seja, pedem urgentemente a transformação. Mas há aqueles que parecem acostumados com o sofrimento e não são capazes de alterar a situação. Cai-se, então, num ciclo vicioso em que a situação tende a se agravar cada vez mais.

¹⁵ VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** São Paulo: Libertad, 1995, p. 22-23.

As reflexões críticas que fizemos mostraram que compreendemos o problema da educação nas suas múltiplas e complexas relações e esta crítica é para apontar a superação das dificuldades e para sair deste ciclo desgastante.

Investindo um pouco mais em si mesmo e na sua prática pedagógica fica mais fácil alcançar melhores resultados, que o animarão a continuar a mudança. Devemos ir contra, não a sua prática, mas aos aspectos alienantes de sua prática.

O professor deve ter convicção da sua proposta, considerá-la de fato muito importante, para os alunos. Se o próprio professor não estiver convencido da relevância do que ensina como poderá ser capaz de provocar o aluno? Esta convicção lhe dá autoridade. O professor como agente de transformação tem que assumir suas responsabilidades históricas, ao mesmo tempo em que exige que os demais também assumam suas respectivas.

Por fim podemos dizer que os professores andam perplexos com tudo aquilo que vem acontecendo com eles, com a escola e com a sociedade. Há uma profunda mudança na relação Escola - Sociedade e parece que os professores não estão preparados para tal.

A situação dos professores perante o mundo social é comparável à de um grupo de atores, vestidos com traje de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário, em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior. Uma nova encenação pós-moderna, colorida e fluorescente, oculta a anterior, clássica e severa. A primeira reação dos atores seria a surpresa. Depois, tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando acabar o trabalho para procurar os responsáveis, afunde, pelo menos, obter uma explicação. Que fazer? Continuar a recitar versos, arrastando largas roupagens em metade de um cenário pós-moderno, cheios de luzes intermitentes? Parar o espetáculo e abandonar o trabalho? Pedir ao público que deixe de rir para que se ouçam os versos? O problema reside em que, independentemente de quem provocou a mudança, são os atores que dão a cara. São eles, portanto, que terão que encontrar uma saída honrosa, ainda que não sejam os responsáveis.¹⁶

É difícil, mas não tem escolha, se o professor quer resgatar sua dignidade,

¹⁶ VASCONCELLOS, 1995, p. 31.

terá que superar seu modo tradicional de educar, e buscar outra forma de relacionar educador e educando.

É preciso rever o perfil do professor, abandonando a imagem de “auleiro”, para sedimentar a competência renovada e renovadora, crítica e criativa, capaz de estabelecer e restabelecer o diálogo inovador com os desafios do futuro, na cidadania e produtividade.¹⁷

Agir em face da realidade do presente, sem desconsiderar as dificuldades, mas também sem temê-las, significa a chave para o desenvolvimento integral de milhares de crianças e adolescentes brasileiros.

A função do professor não é simples, porque além de ser uma arte, exigindo-se um elemento pessoal e criador insubstituível, é também uma ciência, envolvendo aspectos suficientemente complexos para constituírem o objeto de uma formação específica em Pedagogia e Didática. É uma das mais nobres funções a que se podem aplicar aqueles que aprenderam.¹⁸

1.4 A educação escolar como meio para o desenvolvimento pessoal

Segundo Freire¹⁹, na tentativa de auxiliar o crescimento individual do outro, o ensino para o desenvolvimento pessoal assume os contornos da situação de ensino-aprendizagem que se destinam a elucidar o processo de tomada de decisões, tendo clareza do problema que é proposto, sabendo julgar com claro discernimento, envolvendo a avaliação dos elementos e a análise das alternativas.

O pano de fundo, com que constantemente lidamos neste tipo de ensino, é o desenvolvimento da capacidade de participação social e logo a clareza com que os papéis sociais são assumidos em diferentes circunstâncias da vida de relações.

Para que haja um bom desempenho de papéis sociais na família, na escola

¹⁷ BARRETO, A.M.F. 1991. **Professores do ensino de 1º. Grau: quem são, onde estão e quanto ganham**. Em: Estudos em avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas. Janeiro Junho. p. 11-43.

¹⁸ ÁVILA, 1975, p. 533.

¹⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

e na sociedade em geral, torna-se necessário o reconhecimento e compreensão dos papéis que os outros assumem, tanto em relação à própria pessoa que está sendo ensinada, como em relação aos grupos de que essas pessoas fazem parte.

Para a pessoa adquirir um papel social, está em jogo vários componentes, tais como: emocionais, empáticos ou simpáticos, em relação aos papéis que os outros desempenham, mas envolve, também, uma capacidade cognitiva para definir situações de reciprocidade, direitos, deveres e perspectivas de desempenho, conforme a dinâmica específica de cada uma das situações consideradas. “As competências de uma pessoa constroem-se em função das situações que enfrenta com maior frequência”.²⁰

É importante entender o que está por detrás dos papéis, se os mesmos representam ou apresentam, mas nós não reagimos apenas àquilo que a outra pessoa faz, reagimos ao que ela pensa ao que o outro percebe e sente. Então, o que nós mesmos percebemos, sentimos e pensamos, em uma determinada situação de inter-relacionamento, é fundamental para imprimir o significado daquilo que fazemos.

Neste processo de tomada de decisões a pessoa aprende e aos poucos vai modificando-se. Quando a solução de um determinado problema é alcançado, alguma coisa sempre é aprendida, no sentido de que a capacidade do indivíduo se modificou.

Ensinar para o desenvolvimento, portanto tem suas limitações. Cada situação de ensino, por mais planejada e cuidadosa que seja, se endereça apenas, a alguns aspectos da aprendizagem, embora possa ter conseqüências em outros que não foram previstos. Mas os aspectos visados, objetivos educacionais, só são atingidos na medida de sua eficiência, e essa eficiência dificilmente é alcançada em sua plenitude. No próprio processo de ensino-aprendizagem há outras variáveis que muitas vezes não são passíveis de controle e que passam despercebidas ao educador. Ao mesmo tempo há variáveis que afetam comprovadamente a aprendizagem e que, no entanto, não são passíveis de modificação ao nível

²⁰ PERRENOUD, 1999, p. 29.

de ensino. O nível sócio-econômico, o estado nutricional, o sexo, para só citarmos as mais destacadas dentre as que condicionam o rendimento da aprendizagem.²¹

Portanto a aprendizagem é um componente básico do desenvolvimento humano. Mas não se devem ter ilusões, deve-se antes reconhecer que é uma ajuda e que, certamente, tal ou qual procedimento de ensino poderá contribuir para facilitar o desenvolvimento desta pessoa concreta que é o aluno em determinado momento em que vive.

Aprender, do latim, “aprehendere” = apoderar-se. Etimologicamente, a aprendizagem é, pois, aquisição de conhecimento ou habilidade. Ela pode ser definida como um processo de integração e adaptação do ser ao ambiente em que vive, implicando, pois, em mudanças de comportamento. A aprendizagem é um processo que dura a vida inteira.²²

Portanto nunca é tarde para aprender e crescer. “O sucesso depende de uma capacidade geral de adaptação e discernimento (...)”.²³ Também nunca o relacionamento entre seres humanos importa em ensinar e aprender dependendo o grau de participação de cada indivíduo.

Pode-se classificar a aprendizagem em:

a-) aprendizagem motora: hábitos que incluem desde simples habilidades motoras até expressões fisionômicas, verbais e gráficas, posturas, gestos, capacidade profissional, atributos de caráter etc.

b-) aprendizagem ideativa: abrangendo informações e conhecimentos desde simples fatos, significativos, preceitos, conceitos, até o sistema de valores, do qual se enquadram o caráter e a personalidade que são o resumo último da maneira de ser do indivíduo;

c-) aprendizagem afetiva: concernente aos sentimentos e emoções, abrangendo gostos e aversões, preferências, estilo de vida, preconceitos.²⁴

Este ensinar se apóia em um quadro de referência teórica onde o ser humano é visto como alguém que mantém interações permanentes com o seu ambiente. Os fatores internos, entre eles a história individual e neste as suas

²¹ MARQUES, C. Juracy. **Ensinando para o desenvolvimento pessoal**. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 26.

²² ÁVILA, 1975, p. 55.

²³ PERRENOUD, 1999, p. 30.

²⁴ ÁVILA, 1975, p. 55.

experiências, se constituem em elementos básicos que configuram a interpretação que a pessoa faz de sua inserção no mundo com seus significados e valores. Este ensinar deve ser entendido não no sentido de transmitir, mas em uma ação pedagógica com o indivíduo e não para ele ou por ele. O ensino não se dá como algo que se passa adiante, mas como uma influência, onde aquele que influencia é também influenciado. O ensino é interação, diálogo mútuo e reciprocidade entre aluno e professor.

Podemos afirmar até que, quando o ensino é afetivo, ele se traduz em desenvolvimento pessoal, tanto para aquele que ensina como para aquele que aprende. O sucesso do professor se equaciona com sua capacidade de se manter em condições ótimas para aprender com seus alunos. Quando um professor não mais aprende com seus alunos, ele perde a vitalidade de ser professor e se desencanta, pois seus níveis de sucesso decaem e é quase fatal sua fuga da própria atividade de ensinar.

O ser humano não é alguém que apenas aceita, mas é capaz de dizer não e com isso selecionar e escolher dentro das delimitações aquilo que a sua cultura, o meio social, lhe oferece. A consciência social faz emergir valores morais e sociais que se incorporam no comportamento individual. O ser humano é capaz de fazer renúncias, tendo em vista melhores níveis de bem-estar para todos. Os valores não são apenas subjetivos. Há valores que são comuns às pessoas na medida em que compartilham de uma mesma e determinada forma de viver. Pertencem a uma realidade objetiva que é a mesma para todos.

Por fim, podemos dizer que o indivíduo de hoje, em sua busca de desenvolvimento e crescimento pessoal, procura afastar-se de comportamentos

rígidos e impostos, esforçando-se para aproximar-se de um ideal de autenticidade, onde ele consiga ser ele próprio, fiel a si mesmo.

1.5 Os fins da escola e da educação

A escola em sua ação educativa visa, no meu entender, essencialmente uma formação de consciência da realidade humana, com seus limites, com sua individualidade, buscando sempre a sociabilidade, o bem comum, e a consciência do mundo que a cerca. É o local onde oferece condições e permite ao homem e à população identificar os problemas e buscar as soluções mais adequadas. É neste sentido que a educação se define como uma maneira de compreender, interpretar e transformar o mundo.

A escola seria o estabelecimento público ou privado onde se ensina alguma arte ou ciência.²⁵

Originariamente, tem o sentido de ócio a que se entregam pessoas. Tem o significativo, também, de estudo. Atualmente, escola é considerada como a instituição especializada da sociedade que transmite, de maneira formal e sistemática, o ensino.²⁶

Cada grupo de pessoas que se movimenta de acordo com sua cultura, está automaticamente, realizando um progresso educativo.

Ao chegar à escola o educando já tem uma bagagem muito significativa de conhecimento, cabe à escola, primeiramente, respeitar os diferentes processos que cada um tenha passado. Podemos dizer que de início a atividade escolar é de ver, ouvir, perceber o que fazem e o que pensam identificar os ideais e os valores transmitidos pela família, perceber os problemas e qual a condição de vida que se encontra. Só depois de tudo isso é que cabe à escola realizar um trabalho de

²⁵ MODERNA ENCICLOPÉDIA. São Paulo: Melhoramentos. 1976, p. 326.

²⁶ GARCIA, Walter E. **Educação: visão teórica e prática pedagógica**. Campinas: 1981, p. 163

acompanhamento, oportunizando o uso dos conhecimentos e técnicas desenvolvidas até hoje.

É importante que a educação não seja confundida com a escola. Não ter claro essas diferenças pode-se incorrer sérios prejuízos. A escola recebe seu sentido da educação.

Os fins da escola têm sua origem e sua definição a partir dos fins da educação, mas não necessariamente os fins da escola podem levar a uma ação capaz de realizar totalmente os fins da educação. Quando a escola a tanto se propõe acaba atingindo apenas fins aparentes, enunciados em recursos e regimentos, belos em seu estado ideal, porém, absolutamente irreais. Há uma grande distância entre a visão ideológica e os interesses concretos do grupo da escola. No mínimo, a escola deve aprender as necessidades decorrentes de uma época de mudanças. Deve definir fins que possam ser atingidos e que possam atender as reais necessidades dos grupos e das comunidades.²⁷

Muitas vezes, em nossas escolas nos perguntamos o que adianta tantos projetos se não saem do papel. Nesse caso a escola não consegue desenvolver e atingir seus fins.

Cito aqui um projeto que desenvolvo com alunos da terceira série do Ensino Médio em um colégio particular. O projeto é executado pelos próprios alunos, mas tem também o acompanhamento do professor. Os mesmos são divididos em grupos de interesse, onde durante dois semestres cumprem com o objetivo do projeto que é um trabalho voluntário junto à comunidade onde cada voluntário é responsável pelas atividades que irá desenvolver. Justifico este projeto porque diante da situação atual em que nossa sociedade se encontra, faz-se necessário e urgente promover atividades de sensibilidade, bem querer ao próximo, amor, doação, esforço pessoal de partilha e superação do próprio egoísmo.

Faz cinco anos que trabalho com educação, e justamente abordo em minhas aulas o problema da falta de identidade e de personalidade do jovem. Parecem

²⁷ PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação**. 3. ed. Caxias do Sul. EDUCS.1986, p. 30.

perdidos com o seu próprio eu, falta-lhes auto-estima, caráter, consciência e autoconsciência. Percebi que é possível estar mudando esta forma de viver do jovem proporcionando-lhe a oportunidade de estar em contato com a realidade de outras pessoas, que na maioria dos casos é completamente diferente da sua.

Sem os fins não se pode viabilizar uma escola, pois são eles que dirigem toda uma caminhada. Sem os mesmos o programa de ensino estará deficiente, devem estar precisamente definidos os fins para que possa se caminhar para um rumo certo, tendo em sua ação uma direção e uma orientação. “Falar nos fins da educação significa falar na mudança na transformação que deve ser realizada”.²⁸ Os fins é que vão indicar o rumo, que direção a escola quer seguir, quais seus objetivos, interesses. Os professores devem direcionar suas atividades em que sentido? Com o trabalho se pretende atingir o que? Estas respostas nos são dadas pelos fins que a escola planeja em sua educação que é transformar mostrar o caminho para a cidadania.

Não podemos confundir os fins com os valores, com os ideais, com um modelo de sociedade e de homem que convive entre si em sociedade. É claro que o fim da ação escolar depende de uma visão do homem e da realidade, que surge da sociedade em que vivemos e que desejamos, de como o homem se encontra no mundo e das condições gerais de aprendizagem adquiridas. Surgem do contexto sócio econômico e cultural em que atuamos. Portanto, se não temos diante de nós uma idéia clara do homem, da sociedade, da família das relações sociais não temos condições de definir os fins de uma prática educativa que venha ao encontro dessa realidade.

²⁸ PAVIANI, 1986, p. 31.

Ao pensarmos os fins da educação, significa que estamos falando daquilo que deve ser, onde queremos construir as modificações e os resultados. Não podemos esquecer de que a educação como comenta Morin²⁹ não existe, para o ser humano sem que haja afetividade. É necessário fazer educação com amor, carinho, compreensão.

Quando temos certeza do que é educar e conhecemos os fins da ação educativa estamos possibilitando ao educando uma verdadeira possibilidade de transformação em si e na sociedade onde vive.

No entanto, os fins só podem ser elaborados a partir da ação efetiva da educação, sempre interrogando o seu significado e função. E educação deve conter sempre um objetivo relacionado à vida do próprio educando.

1.6 O fator educação

A informação é resultante de uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e representa um alerta sobre o peso do fator educação para a construção de uma sociedade justa e mais segura e mais cidadã.

Estatisticamente restou apurado que em 2002 dos 9,5 mil jovens infratores internados em instituições brasileiras (FEBENS), 51% não freqüentavam a escola, apesar de estarem na idade de fazê-lo por força de Lei.³⁰

O desinteresse dos estudantes pela educação pelo fato de não acompanharem as etapas de sua escolaridade apresenta, por isso, um desafio que precisa ser compartilhado por toda a sociedade. A escola e o poder público que a sustenta não podem eximir-se do compromisso constitucional de prover condições

²⁹ MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

³⁰ O FATOR educação. **Zero Hora**. Porto Alegre, 27 fev. 2007, Editorial, p. 14.

para a educação dos brasileiros, mas deverão contar para esta tarefa com a colaboração ativa, presente e indispensável da família e dos professores.

Em 2006 havia 15.426 jovens internados em unidades (FEBENS) no Brasil. Destes 9.555 não freqüentavam a escola e, 90% dos adolescentes infratores em privação de liberdade, não completaram o Ensino Fundamental. Destes, 70% tinham idade entre 16 e 18 anos e a família vivia com renda mensal de até dois salários mínimos nacional. Consta também que os pais destes internos não concluíram nem o Ensino Fundamental.³¹

Temos um ensino voltado para perguntas prontas e respostas definidas, por uma razão muito simples: é mais fácil para o aluno e também para o professor. Por comodismo de ambas as partes fazem-se perguntas e dão-se respostas como no vestibular. Cria-se uma falsa consciência, o mito de que todas as questões do mundo já foram formuladas e solucionadas. O objetivo das aulas passa a ser apresentá-las e a obrigação dos alunos é repeti-las na prova final. Há inclusive um mercado que vende as possíveis perguntas e as respostas almejadas.³²

³¹BRASIL 90% dos jovens infratores tem pouco estudo. **Zero Hora**. Porto Alegre, 26 fev. 2007, p. 36.

³² ANASTASIOU, Lea Graças; ALVES, Leonir Pessale (org). **Processo de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: Univille, 2003, p.13-20.

2 CIDADANIA

É o pleno gozo de todos os direitos civis e políticos do cidadão de um país. No Brasil é a Constituição da República Federativa que determina os direitos da cidadania.³³

Para se pensar em construir um país cidadão é necessário criar uma consciência de cidadãos, ou seja, a consciência de direitos e deveres. Para tanto é importante ter presente o conceito, qual é a origem e como se desenvolveu a noção de cidadania na história da humanidade.

Para Pinsky, “ser cidadão e ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis”.³⁴

Assim, para conceituar a cidadania é necessário que se faça uma retrospectiva histórica, estudando e refletindo sobre a história das civilizações. “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”.³⁵

Os momentos que mais nos interessam é a civilização grega, principalmente o nascimento da democracia em Atenas, e a Revolução Francesa, promovida pela rica burguesia do século XVIII que precisava de poder para expandir-se mais e mais. Estes dois momentos merecem especial atenção, pois nos

³³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 1, inciso II.

³⁴ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9.

³⁵ PINSKY e PINSKY. 2003, p. 9.

falam do nascimento e desenvolvimento do conceito de cidadania, e nos dão a base de como construí-la em nosso país.

2.1 Desenvolvimento histórico do conceito de cidadania

Nos primeiros momentos da civilização grega o indivíduo era parte de um grupo, não existia por si só. Mais tarde, com a reunião de várias tribos em um lugar comum deu origem a polis – cidade - grega que congregava várias tribos num mesmo lugar, oferecendo-lhes principalmente proteção contra os inimigos.

Este sistema de união de tribos originou as cidades e fez com que todos os elementos pertencentes às tribos originais fossem considerados cidadãos. Com o crescimento das cidades estas pessoas se tomaram uma pequena elite, pois as mulheres não eram consideradas como participes da vida na pólis. E, nesta pequena elite de cidadãos, existia uma ainda menor que era a dos aristocratas e latifundiários. Ou seja, um grupo muito reduzido detinha o poder político e econômico da pólis, estes como eram livres em todos os sentidos podiam dedicar-se à política, à filosofia e, em algumas cidades, à guerra.

Em Atenas, berço da democracia, apenas os grandes proprietários de terras tinham direitos políticos, os cidadãos pobres e os devedores eram considerados cidadãos de segunda classe. Esta situação só mudou depois de várias lutas políticas que levaram ao poder Sólon e Drácon que reformaram o sistema político e fizeram com que se perdoassem as dívidas aos devedores e que os direitos políticos fossem estendidos a todos os cidadãos. Não foi uma conquista para todo o povo ateniense, foi uma conquista apenas para aumentar o número de privilegiados.

Conquista esta que fez com que Atenas seja lembrada no mundo como berço da democracia, pois com estas reformas a cidade passou, praticamente, a ser

governada pela Assembléia do Povo. Tinham um espaço para discussão de assuntos da cidade ateniense.

De Atenas para Roma e desta para a Idade Média não houve evolução no conceito de cidadania, ao contrário, o homem voltou a ser apenas um do grupo, tendo participação política e social só como parte do grupo, sem voz ativa como indivíduo.

Com efeito, as manufaturas colocaram o trabalho sob novas bases, transformaram as relações entre trabalhador e empregador. Conforme afirma Marx, C(..), os elementos simples da manufatura são o trabalhador parcelar e a ferramenta. Ferramenta que não é mais agora, do trabalhador livre, e livre sob o duplo ponto de vista de ser uma pessoa livre, isto é, dispor da sua força de trabalho como mercadoria sua, e de não ter nenhuma outra mercadoria para vender. Livre e desprovido das coisas necessárias á realização de sua potência de trabalho (...). Trabalhador parcelar porque a produção de determinadas mercadorias foi dividida em partes diferentes, executadas por trabalhadores distintos. Diferentemente da divisão social do trabalho, em que os trabalhadores são independentes e os produtos de seu trabalho são mercadorias, na divisão manufatureiros trabalhadores parcelares não produzem mercadorias (...). Na manufatura, a mercadoria é produzida pelo trabalhador coletivo, formado pela combinação de um grande número de trabalhadores, regência do dono do capital.³⁶

Neste momento começa a existir a noção de patrão e empregado e de que o último se sujeita ao domínio do capital pertencente ao primeiro. Assim, a produção acontece pela ferramenta que pertence a alguém e o trabalho é comprado por alguém que deixa de produzir a mercadoria - como na forma artesanal - e passa a produzir em coletividade, já que a produção é dividida em vários setores e é necessário o trabalho de várias pessoas para que haja a produção. A força de trabalho passa a ser vendida a alguém que detém os instrumentos de produção. Após um período de desenvolvimento a forma de produção manufatureira dá lugar à grande indústria moderna, onde o trabalhador deixa de se servir do instrumento e passa a estar a serviço dele, ou melhor, ele serve à máquina, que iguala a todos e faz com que todos os trabalhadores passam a serem, todos igualmente,

³⁶ BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G; NOSSELA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 12 -13.

subordinados ao capital. Isto difere da manufatura e do artesanato medieval quanto à forma de tratamento do trabalhador, pois, até estes dois momentos, os trabalhadores seguiam certa hierarquia quanto à primazia da produção; o mestre era muito mais considerado que o seu subordinado.

Esta forma de produção faz com que a propriedade de terras não seja tão importante quanto à propriedade de instrumentos de trabalho, como da máquina. Só é proprietário quem produz, troca vende e, se mantém assim. O homem passa a trabalhar para poder viver, o que antes era desnecessário, pois dependia exclusivamente da natureza, assim é, “a partir de agora, e somente a partir de agora, será possível conceituar o homem como trabalhador”.³⁷

Essas transformações no campo econômico provocaram outras no campo político, científico e educacional. Transformações estas que levaram à Revolução Francesa “No sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa”.³⁸ ou revolução burguesa, e conseqüentemente, ao conceito de cidadania ali implantado - isto a partir de um método baseado no ideal matemático - no qual há a laicização da vida civil que leva a transformação na realidade vivida pelo homem comum, pois as relações, a partir do renascimento, colocam o homem no centro do universo, e não mais Deus, como na Idade Média.

(...) No seu discurso, estão presentes elementos da nova sociedade que está sendo construída. Locke estabelece que, embora a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um conserva a propriedade de sua própria pessoa, ou seja, cada homem é proprietário de si, de seu corpo. E o homem sempre se apropria das coisas pelo trabalho, que é o uso de seu corpo. Ele se apropria dos frutos de seu trabalho e daqueles que ele não consumiu imediatamente, que ele economizou. Desses princípios decorre que, se a apropriação se dá pelo trabalho, fica abolida a idéia segundo o qual certas terras e posses pertenceriam, por nascimento, a uma classe privilegiada. Fica estabelecida a idéia de que todos os homens são livres, pois todos são proprietários de si, e de que todos os homens são iguais.³⁹

³⁷ BUFFA, 2003, p. 15.

³⁸ PINSKY e PINSKY, 2003, p. 49.

³⁹ BUFFA, 2003, p. 17.

Assim, o que Locke afirma é a igualdade entre os homens – uma grande ruptura com o passado medieval de escravos e senhores - onde a força de trabalho pode ser vendida e se torna propriedade do empregador que se apropria, por isso, do produto desse trabalho. Sendo assim, o trabalho é uma troca entre cidadãos livres e iguais entre si e perante a lei que os rege.

Nas relações econômicas e sociais o mundo passou a ser teorizado dessa forma. Porém, esta teorização não foi colocada em prática porque o trabalhador, por ser dependente do capitalista, não passou a ser livre, apenas foi dominado de outro modo. Na política, esta forma de produção burguesa levou à criação e consolidação dos Estados Nacionais modernos como a França, a Alemanha e a Inglaterra; nas ciências nascem os métodos científicos baseados na matemática pelas mãos de Descartes, Bacon, Galileu e outros. No campo educacional se faz necessário já que todos são iguais e livres – que todos tenham o mínimo de escolarização pública e padronizada, baseada no experimentalismo científico, onde todos saibam os objetivos, os fundamentos e as razões porque existem todas as coisas que se fabricam e que estão na natureza.

Ensinar a todos porque o homem tem necessidade de se educar para se tornar homem (...). O homem tem as sementes da piedade, da moralidade e da sabedoria, que deverão ser desenvolvidas pela educação. Devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos, por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas e todas as cidades, aldeias e casas isoladas'. (...) Assim, 'todos saberão para onde devem dirigir todos os atos e desejos da vida, por que caminhos devem andar, e de que modo cada um deve ocupar seu lugar'.⁴⁰

Essa educação era padronizada e dirigida de modo geral a todos. A partir da escola de latim e da academia a escola deve ser dirigida somente àqueles que

⁴⁰ BUFFA, 2003, p. 20.

são os governantes do povo. É uma forma de educação que educava para fazer e obedecer às ordens vindas dos superiores na hierarquia social.

No século XVIII a revolução burguesa se consolida econômica, científica e socialmente, e busca agora o poder político. Isto acontece com a Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1789, que garantem liberdade e igualdade perante a lei, para todos os homens, bem como a propriedade. Ser dono de uma propriedade passou a ser um direito de todo e qualquer homem e passa a ser também um critério de cidadania. Portanto só é plenamente cidadão aquele que tem condições de manter-se econômica, social e politicamente, pois a propriedade "é uma garantia de independência econômica, necessária à liberdade de espírito".⁴¹

Ou seja, há nesta sociedade burguesa duas formas de cidadania: os cidadãos plenos, proprietários, livres politicamente e economicamente, e os de segunda ordem, aqueles que dependem dos outros, que têm apenas os direitos de proteção a si, de sua crença e de sua liberdade.

Neste resgate dos momentos históricos: nascimento e retomada da cidadania - Atenas, em 2000 a.C. e França século XVIII - observamos que a cidadania é uma proposta de liberdade, de livre arbítrio, de conquista de alguns direitos por parte daqueles que tem condições econômicas para lutarem por estes direitos.

Num primeiro momento os cidadãos atenienses, aliados do poder pela aristocracia latifundiária de Atenas, lutam para conquistá-lo e depois a burguesia luta para também conquistar o poder político para que desse modo e com tal conquista pudesse realizar o sonho de se expandir. Mas, na história se desenvolveu este

⁴¹ BUFFA, 2003, p. 26.

conceito? Será que não continuamos a sonhar com um mundo que dê condições de vida mínima a todos os seus habitantes? Será que o sonho da nascente burguesia dos séculos XVI e XVII não continua, hoje, em nossas mentes?

Um conceito é apenas um referencial, mudando conforme a época. No entanto, com relação ao conceito de cidadania, podemos afirmar a partir do que refletimos e observamos a respeito da cidadania e da democracia ateniense e da cidadania e república burguesa dos séculos XVII e XVIII que estes serviam apenas para justificar o poder de um pequeno grupo de pessoas. Comparando a história de Atenas com a da Revolução Burguesa, podemos destacar alguns aspectos que demonstram que quem fez essas revoluções para lutar pelos direitos que tem no plano político as fez e conquistou esses direitos a partir de determinada condição econômica e social. Os escravos e mulheres também lutaram e lutam pelo reconhecimento de seus direitos (à liberdade, à educação, à saúde, à moradia), políticos, econômicos e sociais, talvez não os conquistassem por falta de poder econômico. As mulheres realizaram uma revolução nos costumes e passaram a ser reconhecidas na sociedade no momento que se tornaram proprietárias de empresas ou negócios próprios, os escravos apenas conseguiram sua liberdade através de vias violentas em alguns países, e na maioria conseguiram alcançar a liberdade como uma imposição de seus opressores.

Assim, pretende-se ressaltar dois aspectos importantes para a conquista da cidadania nestes momentos históricos acima expostos que estão distantes no tempo, mas semelhantes na atuação: o primeiro é que o poder econômico, na Grécia Antiga e na Revolução Francesa, garantiu a conquista e preservação dos direitos dos cidadãos.

Nesta visão, o cidadão pleno é aquele que possui propriedade, pois somente tendo uma boa segurança econômica ele pode ter liberdade de espírito para cuidar de outras coisas como da política e da guerra, por exemplo. Ou seja, os outros homens - por terem de trabalhar para se sustentar, tanto em Atenas, como na França do século XVIII - são considerados cidadãos de segunda categoria. A única diferença é que em Atenas eram considerados cidadãos apenas os descendentes das tribos fundadoras do estado e na França de 1789, todos foram considerados cidadãos.

O segundo aspecto a ser ressaltado é a luta e conquista de direitos políticos na sociedade. O poder econômico leva as pessoas a lutarem por seus direitos e somente a conquista de direitos políticos garante a escolha de representantes que terão como dever lutarem pelos interesses destas mesmas pessoas.

É interessante notar que a democracia é a única forma de governo que corresponde com a sociedade de cidadãos plenos, pois é o governo do consenso. Outro exemplo é a burguesia do século XVIII que transformou o Estado de monarquia em república e o dividiu em três poderes distintos, porém interligados entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário, porque nas atribuições de cada poder quem realmente exercia o poder de mando era o Legislativo composto por representantes das classes sociais e do povo e, principalmente, por representantes da burguesia.

Portanto, o que garante a conquista da cidadania plena a cada pessoa, é certo grau de poder econômico e a participação política. No entanto, somente são conquistados pela educação, pois somente com ela o homem participa ativamente das atividades políticas do meio em que vive e tem condições de conquistar o poder econômico que lhe garante os mínimos direitos de vida digna como cidadão.

"Ensinar a todos porque o homem tem a necessidade de se educar para se tornar homem".⁴²

Claro que não se pode afirmar que todos os cidadãos atenienses ou franceses tiveram educação. A educação neste contexto era para uns poucos que desfrutavam é claro de algum tipo de prestígio social.

Assim, para que seja real a participação de todo o povo e para que haja a conquista da cidadania, é necessário estender a educação a todos, que todos tenham condições de pensar e optar por aquilo que lhe é melhor como povo e como pessoa.

2.2 O que é de fato cidadania?

A partir daquilo que apresentei no surgimento e evolução histórica da cidadania, nota-se que há aspectos que levam a um conceito de cidadania. Em outras palavras, nos levam a entendermos o que é cidadania no seu sentido lato.

A cidadania é a liberdade, é o direito à uma vida digna, a proteção à pessoa e a participação política nas atividades do governo municipal, estadual ou do país. É fazer parte da história como protagonista, como aquele que ajuda a fazer a história participando ativamente na construção de democracia e de um governo político que tenha a participação dos cidadãos. Cidadania é a "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada."⁴³

Dessa maneira, é cidadão todo aquele que se faz sujeito da própria história e da história de seu povo, de sua nação. Esta cidadania, no entanto, se dá na formação da pessoa humana. Formação que deve ser o componente principal da

⁴² BUFFA, 2003, p. 20.

⁴³ DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995, p. 11.

competência e se fazer conseqüência de coisas como educação, informação, cultura e organização política. Esta competência deve levar o indivíduo a uma emancipação como tal, sem deixar que ele se torne apenas mais um, mas que seja um participante ativo do processo político, formativo, social e econômico da sociedade onde vive. A cidadania é processo pelo qual o homem, com a formação necessária, se torna responsável por si e tem, ao mesmo tempo, a consciência de que, é responsável pelo bem comum. Não é apenas exigir direitos, mas também cumprir deveres, fiscalizando e controlando aquilo que é feito pelo Estado, que exerce a função de mediador entre os indivíduos e a sociedade.

A cidadania é uma conquista de todos e todos são responsáveis por vivê-la e exercitá-la na prática cotidiana. Podemos afirmar que isto é difícil de acontecer. Não existe cidadania plena nem no Brasil, nem no mundo. Perguntamos então: Será que é possível construir esta cidadania?

Partindo do conceito de que cidadania é a condição do sujeito fazer história, individual e coletivamente, se tornar co-responsável pelo meio em que vive nas suas acepções culturais, sociais e políticas, vemos que isto não é “utopia”⁴⁴, é, sim, uma realidade a se construir lentamente, que aos poucos transforme a mente das pessoas.

Para isto deve-se tomar consciência das formas de cidadania que estão presentes na sociedade brasileira e de qual deve ser a cidadania própria para o país, pois esta é uma condição que deve perpassar toda a vida do indivíduo, deve ser como os instintos, estar presente em todos os momentos da vida.

No Brasil, vê-se que a cidadania ainda é considerada como se fosse uma concessão das elites políticas às classes desfavorecidas. Costuma-se dizer que o

⁴⁴ CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 4. ed. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2006, p. 29.

povo brasileiro não tem condições de escolher seus destinos, porque é um povo sem consciência política. Mas ao mesmo tempo não é incentivada sua participação em sindicatos, associações, partidos políticos, etc. Têm-se a opinião de que participar é coisa para quem não tem o que fazer, pois o governo concede alguns direitos (como fez o presidente Getúlio Vargas, durante o seu governo ditatorial, o chamado Estado Novo, concedendo aos trabalhadores as Leis Trabalhistas), e impede, assim, que o povo se organize e lute por seus direitos como cidadão.

Tem-se, aqui, um exemplo bem claro daquilo que é a cidadania tutelada, as concessões feitas ao povo pela direita para que possa manter a reprodução da pobreza política das majorias e como consequência não exista uma transformação radical para mudar a grave situação de miséria em que vive o povo.

Cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica do país) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das majorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e para o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada aos seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua repressão/negação, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica.⁴⁵

Se a cidadania tutelada é uma forma que a direita usa para manter-se no poder sem fazer reformas espirituais profundas, a esquerda usa, quando está no poder, ou pelo menos promete, quando a ele quer chegar, dar cidadania a todos; cidadania, porém, que é uma cidadania assistida, onde se garante ao povo o direito à assistência em suas necessidades, não se preocupa em reestruturar a sociedade criando igualdade de condições mínimas a todos, preocupa-se apenas em ser assistencialista, não minimizando a pobreza política, apenas amenizando-a. Nem direita (com sua cidadania tutelada), nem a esquerda (com a sua cidadania

⁴⁵ DEMO, 1995, p.16.

assistida), oportunizam ao povo emancipar-se de sua tutela política, fazem apenas com que se fique contente com os direitos concedidos por qualquer uma das duas alas políticas. Afinal de contas, nenhuma das duas se preocupa mesmo em criar condições para que o povo tenha mais consciência crítica acerca de suas opções políticas como indivíduo e como nação.

Para Demo⁴⁶ a pessoa, na cidadania emancipada, tem condições de analisar a própria história e consciência de suas opções políticas, sociais e culturais, ou seja, tem consciência crítica que não se deixa mais influenciar, faz-se sujeito da própria história e sabe discernir aquilo que é melhor para si e para o meio em que vive. Tem consciência política, ecológica, cultural, social, e econômica do próprio meio em que vive e participa conscientemente dele. "A cidadania é um *status* concedido à aqueles que são membros integrais de uma comunidade".⁴⁷

Assim, nota-se que para alcançar a cidadania emancipada, o Brasil deve propiciar condições educacionais para acabar com a falta de consciência política.

A partir desta falta de consciência política é que muitos se aproveitam para explorar o povo através da cobrança exageradas de impostos, propinas e politicagem, presença constante tanto no Legislativo Federal, como no estadual e também no municipal.

Com a capacidade política e uma consciência crítica desenvolvida no povo, principalmente no povo pobre, este perceberá que é ele quem faz que as coisas só aconteçam quando ele, indivíduo e cidadão, se mobilizam com os demais integrantes que se encontram na mesma situação, e lutam juntos para que as transformações aconteçam. "A compreensão do ser cidadão no Brasil de hoje só

⁴⁶ DEMO, 1995, p. 16.

⁴⁷ CORRÊA, 2006, p. 212.

adquire sentido pleno quando confrontada às transformações sofridas, nas últimas décadas, pela própria ordem mundial”.⁴⁸

Esta forma de fazer-se, de organizar-se politicamente respeita os direitos humanos, o que somente acontece quando a sociedade é composta por sujeitos que fazem história e que são capazes de exigir seus direitos de cidadão. Isto leva à constituição de um Estado que é baseado no consenso entre iguais e que tem sua prioridade em garantir o bem estar comum.

Historicamente existem movimentos no Brasil lutando para que haja um aumento dos direitos do cidadão e para que a tutela do Estado - que busca o controle da população – diminua de forma a deixar com que o povo se organize e lute, no exercício da cidadania emancipada. “Num país como o nosso, em que muitas vezes a ‘coisa pública’ foi tratada como ‘coisa nossa’ pelos grupos no poder, [...], a baixa confiança da população nos ‘políticos’ é quase atávica”.⁴⁹

No Brasil, os movimentos sociais fazem parte de um processo social e civil histórico de luta de classes no âmbito das demandas sociais - movimentos pela saúde, pela educação, por transportes, por moradia - através dos quais as classes subalternas buscam reafirmar ou construir sua identidade social, e a identidade de seus membros como cidadão, a partir da postulação de condições dignas de existência, colocando em evidência um novo plano de conflito: a ampliação dos direitos do cidadão reconhecidos pelo Estado, e a reivindicação de autonomia, pleiteando aumento de seus direitos e contestando a forma de atendimento do Estado que busca o controle da população.

⁴⁸ PINSKY e PINSKY, 2003, p. 563.

⁴⁹ PINSKY e PINSKY, 2003, p. 564.

No entanto, estes movimentos esbarram no problema de que a falta de consciência política do povo e a dominação cultural, que este sofre diariamente, através dos meios de comunicação social.

A falta de consciência política é um fator de atraso da construção da cidadania no Brasil, outro fator retardatário deste processo é o modelo econômico onde o que vale é a produção e o capital e não a pessoa humana. O mercado deve estar a serviço da cidadania, por isso deve-se delimitar o poder de ação do capital e inserir na função da educação uma conscientização para que todos tenham a liberdade de criticar ou não o sistema, criando-se assim uma consciência crítica.

Segundo Demo⁵⁰ vê-se que a cidadania é antes de tudo a eliminação da falta de consciência política, depois, com o surgimento da consciência crítica, o segundo passo é fazer-se sujeito, ter competência para usar a própria consciência crítica para ajudar a sociedade, propondo alternativas, através da organização política coletiva. “A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos”.⁵¹ Ser cidadão não é somente pertencer a uma determinada nação, mas, é antes de tudo isso, ser tratado cidadão daquela nação. É a consequência da Declaração dos Direitos do Homem, ou melhor, da consciência, que com ela adveio de que todo ser humano tem direitos que lhe são inalienáveis, garantindo-lhe a liberdade pessoal, religiosa, cultural, política, e as mínimas condições de vida, como casa, comida, educação, saúde, trabalho e sentido de pertença ao grupo.

Portanto, a cidadania, a partir do que foi analisado até agora, é a consciência de cada indivíduo de que ele é único, e tem direitos e deveres próprios e inalienáveis e que, mesmo tendo esta condição, ele é parte de uma sociedade,

⁵⁰ DEMO, 1995, p. 17.

⁵¹ CORRÊA, 2006, p. 217.

participa dela e por isso é co-responsável por aquilo que nela acontece, ou seja, cidadania não é apenas votar, mas também por exemplo, cuidar da limpeza da cidade.

Assim, se entende porque a democracia é tão frágil e a participação política é quase nula no nosso país. Se cidadania é ser responsável pelas coisas próprias do indivíduo e co-responsável nas coisas da sociedade, a cidadania é o berço da democracia. “Daí também a nossa conclusão: enquanto o cidadão brasileiro, por nós entendido como sujeito político, não tomar consciência de sua força”⁵² nada irá mudar em nosso país.

⁵² CORRÊA, 2006, p. 230-231.

3 EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

3.1 A educação escolar e a nova realidade

O nosso conhecimento busca interpretar e explicar essa nova realidade, que só é possível em parte. A educação é um meio que nos permite condições para interpretar essa realidade. “Não existe trabalho neutro em educação. Tudo tem conseqüências como os atos da própria vida.”⁵³

A partir dessa realidade, surgem questões que devem ser analisadas e levadas a sério. Como pensar e fazer educação hoje, dentro de uma sociedade de classes? Como a educação deve enfrentar a questão da exclusão social? Como pode a educação, ao mesmo tempo em que atende as necessidades da sociedade, cuidar para que também sejam atendidas as necessidades de todos os indivíduos? Qual o compromisso da educação em relação à realidade urbana e rural?

Penso que o caminho da educação não está na imposição de uma cultura formal.

Não há dúvida de que a educação é coexistente ao ato de viver. Todo homem, em qualquer lugar, em qualquer circunstância, está envolto pelo processo educativo. Modos de viver diferentes implicam em concepções de educação diversas. Entretanto, a educação em nível profissional, pode tornar-se meio de infidelidade aos valores culturais da comunidade, meios de controle e dominação dos povos, instrumento de aprofundamento de desigualdades sociais. De fato, não é possível pensar e fazer educação desvinculada do processo de produção e das relações sociais, ou mais precisamente, sem uma estreita relação com o projeto de sociedade, uma

⁵³ PAVIANI, 1986, p. 60

sociedade justa ou injusta, com esta ou aquela ideologia econômica e política.⁵⁴

A educação e relação social estão muito ligadas. “A educação não pode ser apenas a transmissora de uma cultura.”⁵⁵ Ouvimos o pai dizer para o seu filho: eu quero que você estude para ser alguém na vida, para não ser igual ao seu pai que parou de estudar cedo e não conseguiu nada. Se não tiver uma boa educação, hoje em dia, é muito difícil conseguir trabalho, e ter uma vida digna na sociedade.

Mas o mais interessante é que a educação aceita pela sociedade só é a formal, aquela que a pessoa passa um bom tempo tentando adquirir na escola e muitas vezes ao invés de se educar, se deseduca. Pergunta-se: será que aquela pessoa que sai da escola cedo, por diversos motivos, não pode também ter uma boa educação, um bom nível de conhecimento? Será que é só a educação transmitida na escola que se deve considerar válida para a pessoa crescer integralmente? Não podemos nos esquecer de que a pessoa, em qualquer circunstância, está em meio a um processo educativo que é intrínseco ao ato de viver.

No meu entender, ter presente estes fenômenos não é um empecilho para o desenvolvimento científico e nem um argumento contra a existência da escola. Ao contrário, ciência e realidade devem caminhar juntas. A educação pode ter na escola seu necessário complemento institucional, só que na maioria das vezes o saber fazer e agir natural de cada comunidade é ignorado pela educação oficial, formal. Quando em nome da ciência se despreza a experiência e o bom senso, e a escola passa a ser o espaço único de aprendizagem, se produz outra realidade, distante dos valores, das crenças da língua, dos problemas das idéias que cada grupo possui como norma de vida. “É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos,

⁵⁴ PAVIANI, 1986, p. 46 e 47.

⁵⁵ PAVIANI, 1986, p. 50.

conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”.⁵⁶

Faz-se urgente que a educação se preocupe com a realidade com intenção de transformá-la. Para isso é preciso que haja grandes mudanças. Para Paulo Freire⁵⁷ “só existe saber na invenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. Toda a sua potencialidade deve atender aos interesses dos indivíduos e as necessidades sociais.

Essa educação em meio à nova realidade nos deve permitir acima de tudo viver e aprender, e este não é só viver, mas saber porque se vive, e um aprender sabendo porque se aprende.

3.2 Papel da educação na construção da cidadania

Educar é construir cidadania. Entretanto, para que se consiga construir cidadania é necessário enfrentar muitos desafios e a mentalidade vigente no pensamento de muitos educadores.

Não há nada que mais contradiga e comprometa a imersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação.⁵⁸

Busca-se uma educação que realmente eduque para a autonomia, para a alteridade, para o respeito ao outro, à sua individualidade e cultura, à sua singularidade como ser humano. Não se pretende afirmar que se deve deixar o pobre morrer de fome porque é parte de sua vida. Mas, sim, ressaltar que o Brasil e

⁵⁶ FREIRE, 1996, p. 23.

⁵⁷ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 58.

⁵⁸ FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 93.

seus educadores devem buscar uma educação baseada no respeito ao outro como indivíduo e no respeito ao outro como ser humano, que, por natureza tem seus direitos à liberdade, ao trabalho, à vida, à educação, à saúde, à moradia garantidos e assegurados. Essa é a educação que erradica a violência e ajuda construir a cidadania. “A palavra *cidadania* deriva de cidade e aponta para tudo aquilo que diz respeito à convivência e à relação entre as pessoas, enfim, àquilo que chamamos de bem comum”.⁵⁹

Esta educação é a que deve levar o educador apensar e refletir, a pôr em ação sua criatividade a fim de dar exemplo ao educando, estimulando-o a ser criativo e autônomo.

Para construir a cidadania e ter um país que valorize sua própria educação e sabedoria em detrimento às armas e ao consumismo, os professores devem estar conscientes da sua função de educadores, pois este é um dever de cada um de nós, principalmente dos educadores brasileiros, afinal eles, mas não só, são os responsáveis por educar as crianças e os jovens do nosso país e o sujeito cidadão de hoje e amanhã.

O desafio da tomada de consciência é um dos muitos desafios que devem ser superados pelo país para que assim se construa a cidadania.

Outros desafios que se fazem presentes são os aperfeiçoamentos de todos os direitos políticos do cidadão, a educação em vista de uma participação política e reformas sociais que visem eliminar, ou pelo menos amenizar a pobreza em que vive a maioria do povo, dando a este um adequado acesso à justiça e à segurança, ao trabalho, à educação e à saúde, enfim, elementos primordiais para a construção e

⁵⁹ GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível**: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos. São Leopoldo RS: Sinodal, 2004, p. 73.

conquista da liberdade e participação de todos como verdadeiros cidadãos do país. “O fato de participarmos de uma sociedade política não faz com que deixemos tudo nas mãos do Estado”.⁶⁰

Esta sociedade com garantias de direitos mínimos é um passo para a cidadania. Nesta nova proposta de sociedade não se prioriza a produção e o consumo, na verdade prioriza-se, sim, o ser humano e sua participação na comunidade social, ou seja, o cidadão pleno.

Não se está falando em concessões do Estado que melhorem a vida da população, mas da redistribuição dos bens sociais e da renda do país entre todos os cidadãos, para que todos tenham o mínimo necessário para sobreviver com dignidade e que lhes seja oferecido uma educação que lhes proporcione autonomia.

Assim, o que se quer é a construção de um país cidadão, onde haja participação de todos na vida política, na economia e em outros setores de forma que a cidadania não se torne uma simples concessão do Estado elitista e assistencialista, mas uma conquista de direitos e o cumprimento dos deveres. Pois o modelo que está vigente no Brasil, atualmente, é o de um Estado populista e clientelista que dificulta a construção de uma cultura de cidadania e não vê o cidadão como sujeito de direitos e deveres, que tem sim o direito a ter direitos com consciência crítica, ao qual se fazem algumas concessões e se lhe ganha o voto.

Para que aconteça a transformação da sociedade brasileira é necessário acima de tudo que todos, mas principalmente os educadores, saiam de seu lugar comum tomando consciência de que são agentes de transformação através da educação.

Os educadores através de suas organizações profissionais, não podem isentar-se da reflexão e definição dos fins a que se propõe como profissionais e cidadãos, inseridos na comunidade e no

⁶⁰ GUIMARÃES, 2004, p. 73.

direcionamento das relações de poder que perpassam o todo social. A tarefa dos educadores, na construção de uma nova perspectiva de cidadania, significa repensar as concepções que sustentam práticas excludentes e conservadoras, a fim de que se possa potencializar a formação de sujeitos com uma cultura filosófica e política, voltada para interrogações e busca de respostas frente aos problemas sociais e humanos emergências.⁶¹

Educação esta que forme os brasileiros para a liberdade, que leve em consideração as estruturas e as condições dos sujeitos de se contraporem a elas.

Uma educação que tenha uma abordagem filosófica calcada em pressupostos da construção da cidadania através da própria educação dando condições concretas - através de reflexões sobre o homem, sobre o conhecimento e sobre os valores éticos, morais da participação política e do efetivo exercício da cidadania.

Educar para a cidadania é educar para a participação política, onde os sujeitos realizam-se individual e coletivamente, pois através dela que se abrem o espírito para o conhecimento e os valores da sociedade - com arte, música, filosofia. Abre-se o leque de expressões da vida humana para realizarem seus anseios e, conseqüentemente, os anseios de uma coletividade que é aberta à participação de seus membros. "Se cidadania ativa significa participação responsável, para além de toda omissão e indiferença, ela só é possível na superação da indiferença e na radicalização da solidariedade".⁶²

No plano dos sujeitos poderia se dizer que tem em conta o desejo dos indivíduos (subjetividade, a felicidade e realização como pessoas não identificadas mecanicamente com o coletivo) mas que tal realização não se faz só para si, mas para outros também coletivo. E isso parece constituir o novo da solidariedade desses conjuntos fragmentários.⁶³

⁶¹ GENRO, Maria Elly. **A educação para a cidadania: dificuldades e perspectivas**. Porto Alegre: Ciências e Letras, n. 15, 1995, p. 99 -105.

⁶² GUIMARÃES, 2004, p. 74.

⁶³ COVRE. Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 140.

De acordo com a citação, há uma retomada ao conceito de que ser feliz, realizar-se como indivíduo leva o ser humano a ser solidário e leva-o, assim a questionar as estruturas discriminatórias do capitalismo.

Segundo Buffa⁶⁴, na visão burguesa, somente é considerado cidadão, aquele que tem poder econômico, que leva ao poder político e cultural, à participação política e à condição de se fazer sujeito na própria história. O que traz presente a necessidade de o homem deixar de ser simplesmente o que executa tarefas para ser livre, como sonharam os revolucionários franceses.

Quando se fala de educação para a cidadania, para a participação política, de todos os cidadãos, não significa que todos devem pensar de maneira uniforme. Mas que todos possam participar das discussões nos espaços públicos para a busca de alternativas para um projeto de uma sociedade mais humana e solidária. Este é um dos processos de se libertar da opinião do radialista, do apresentador de televisão ou dos que se dizem donos da verdade e construir a própria opinião.

Através da discussão e da reflexão sabemos que os meios de comunicação social estão aliados aos donos do poder, que concedem canais de rádio e televisão a seus amigos através do abuso de poder político e econômico para garantir a formação de opinião favorável a si próprio.

Portanto, é necessário deixar de lado a desilusão e o desencantamento que está mergulhado o povo brasileiro em sua maioria e participar de movimentos sociais.

Educar o povo politicamente para que reflita sobre sua situação, sobre sua história e formação, para que possa exigir reformas políticas e sociais que garantem

⁶⁴ BUFFA, 1995, p. 32.

a participação econômica nas riquezas do país. “A luta pelos direitos humanos não acabará enquanto houver seres humanos”.⁶⁵

É óbvio, que na realidade brasileira isto pareça sonho, utopia, imaginação, mas a pretensão é a construção da cidadania, através do fortalecimento da democracia como soberania popular e por isso se faz necessário começar a construir educando para a liberdade que só se faz na participação política. A educação para a liberdade deve fazer parte do currículo da escola, pública ou particular, que se faz com a comunidade, que está inserida, com seus mestres participando da comunidade, sabendo da realidade dos seus educandos, auto-gerida por órgãos que tenham participação dos vários representantes da mesma, e a fiscalização da sociedade como um todo, através dos órgãos governamentais responsáveis pela educação.

A partir das diferentes instâncias como a escola, a família, o grupo de jovens, o clubes de mães, e outros podem fazer a educação política, pois a educação não acontece apenas nos bancos escolares, mas durante toda a vida do indivíduo, em todos os momentos.

Somente se constrói cidadania com educação, com participação ativa. Mas a cidadania é uma conquista lenta onde se pode aproveitar aqueles poucos espaços que encontramos no próprio sistema capitalista para interferir na vida do país.

Construir cidadania é, portanto, um processo que implica "esperança (...). Mas, à medida que mulheres e homens se tornaram seres de relações com o mundo e com os outros... ”⁶⁶ com o povo trabalhando para construí-lo, valorizando a própria cultura, os valores presentes a as lições que esta construção permite a todos. Lições

⁶⁵ GUIMARÃES, 2004, p. 96.

⁶⁶ FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 3. ed. São Paulo: Olho D'água, 2000, p. 30.

estas que devem passar e fazer parte da história do povo brasileiro. Deve fazer parte para que se torne cultura.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim desta dissertação destaco alguns pontos que considero fundamental se aspiramos por uma educação em seu pleno sentido, onde a pessoa seja respeitada em sua individualidade e em particular em seu processo de aprendizagem.

Pode-se afirmar, hoje, que a educação está sendo manipulada pelos meios de comunicação e pelo sistema político-econômico para formar pessoas aptas para o trabalho, para a concorrência onde só os melhores terão lugar garantido na sociedade.

A educação atual não esta preparando seres humanos para uma vida em sociedade, capazes de entender o outro, aceitando-o como pessoa, prepara máquinas que vão competir entre si para se aniquilarem uns aos outros, tendo-os como inimigos, pois a qualquer momento podem ocupar o seu lugar, em seu setor de trabalho, sendo que só uma pequena parcela consegue prosperar, aumentando assim a exclusão, a desigualdade social.

A cidadania é uma conquista a ser realizada, a ser construída. É uma luta contra a própria mentalidade do brasileiro, que pensa não ter condições de viver como autônomo, sem o paternalismo, o autoritarismo e a tutela dos representantes das classes dominantes que comandam politicamente o país.

Esta mentalidade de que se depende dos outros está entranhada na forma de pensar dos brasileiros, que apenas agora passaram a ter consciência de que podem lutar pelos próprios direitos a uma vida digna sem esperar que as classes dominantes façam concessões mínimas, para se manterem no poder sem fazer reformas estruturais profundas.

A conquista da cidadania é conquista da participação política de um povo que pressiona e fiscaliza seus representantes, é uma conquista que se faz pelo voto e pela participação. Não se dá de uma hora para outra, mas é uma busca constante, que pode se dar pelo voto nas eleições como forma de mudar e valorizar o parlamento nos seus diversos níveis, pela pressão e fiscalização da maioria do povo através de suas entidades representativas.

A participação política, no entanto, é adquirida pela educação. De uma educação que leve à autonomia, à participação e com o objetivo de alcançar o bem comum.

É claro que quem decide mais ativamente a política, é quem tem o poder econômico, e por isso se faz necessário uma ampla reforma estrutural no país que redistribua as riquezas e bens produzidos entre todos, para que tenham o mínimo de dignidade, como casa, comida, trabalho, lazer, educação e saúde, e assim possam participar das decisões políticas, sejam elas locais estaduais ou federais.

Constatei que o Brasil é um país que evolui lentamente no sentido de participação do povo na política, pois nunca houveram revoltas significativas contra o poder dominante ou rupturas com o passado de opressão que maioria do povo sofreu e sofre. O poder econômico e os meios de comunicação social são usados para mascarar a realidade e abafar a possibilidade de uma mudança. Precisamos mudar isto.

A realidade pode ser mascarada, mas sempre aparecerá e sempre haverá meios para se mudar esta situação. Uma destas possibilidades é a escola para a cidadania que através da educação cria espaço de conscientização a fim de se efetivar a participação e a construção da cidadania.

A educação que prepara para a autonomia, para a liberdade, deve ser iniciada na infância exigindo um esforço maior dos docentes e dos pais, pois deles depende a maior parte da educação das crianças e jovens.

Construir a cidadania, através da educação, deve ser a nossa prioridade. Esta deve acontecer em todos os segmentos da vida nacional, pois todos somos responsáveis pela construção de um país de sujeitos livres. E assim todos os brasileiros, procurando conhecer a própria história e a formação do Brasil superando a ignorância, e a pobreza cultural que caracteriza muitas regiões brasileiras, analisando as notícias e discutindo as ações dos governantes. Assim se conquista a liberdade e se constrói a cidadania.

Liberdade que se conquista pela reflexão e discussão, pelo pensar juntos, pelo participar e pelo voto consciente para fortalecer ações sociais, fiscalizando se os candidatos eleitos cumprem o que prometeram.

Concluo este trabalho com a certeza de que as questões apresentadas inicialmente foram refletidas e analisadas. A construção de um Brasil cidadão, que garanta os mínimos direitos de cada brasileiro, como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer e liberdade, bem como a participação nas atividades políticas, só acontece quando o cidadão tiver os seus direitos conquistados e atuar política e coletivamente na construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, Lea Graças; ALVES, Leonir Pessale (org). **Processo de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.** Joinville: Univille, 2003.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo.** Brasília: Fename, 1967, p.13.

BRASIL 90% dos jovens infratores tem pouco estudo. **Zero Hora.** Porto Alegre, 26 fev. 2007, p. 36.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Código Universitário. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Porto Alegre: Tribunal de Justiça, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo.** 1975.

BARRETO, A.M.F. 1991. **Professores do ensino de 1º. Grau: quem são, onde estão e quanto ganham.** Em: Estudos em avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas. Janeiro Junho. p. 11- 43.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G; NOSSELA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas.** 4. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELORS, Jaques (org). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo, Brasília: Cortez: Mec, Unesco, 1999.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA. **Caderno de apresentação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Teologia**. São Leopoldo: 2005.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 3. ed. São Paulo: Olho D'água, 2000.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Rio Grande do Sul: Feevale, 2003.

GARCIA, Walter E. **Educação: visão teórica e prática pedagógica**. Campinas: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

GENRO, Maria Elly. **A educação para a cidadania: dificuldades e perspectivas**. Porto Alegre: Ciências e Letras, n.15, p. 99-105, 1995.

GROSSI, Esther. **A coragem de mudar em educação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos**. São Leopoldo RS: Sinodal, 2004.

MARQUES, C. Juracy. **Ensinando para o desenvolvimento pessoal**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MENEGOLLA, Maximiliano. **E agora escola?** Petrópolis: Vozes, 1991.

MODERNA ENCICLOPÉDIA. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

O FATOR educação. **Zero Hora**. Porto Alegre, 27 fev. 2007, Editorial, p. 14.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1986

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Tradução de Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

STEIN, Suzana Albornoz. **Por uma educação libertadora.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** São Paulo: Libertad, 1995.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A779e Arruda, Marcelo Della Justina

Educação escolar para a cidadania / Marcelo Della Justina Arruda ; orientador Rudolf von Sinner. – São Leopoldo : EST/IEPG, 2007.

80 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2007.

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Educação – Finalidades e objetos. 3. Cidadania. I. Sinner, Rudolf von. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da Escola Superior de Teologia